

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Papéis de gênero e questão racial: a necessidade de uma abordagem interseccional

Sessão temática 01 – Questão social e questão étnico-racial

Luana Santos de Jesus (UFES)¹

luanasantosdj21@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho discute a exploração histórica da mulher negra no trabalho produtivo e reprodutivo, além de como os papéis de gênero para as mulheres brancas são diferentes dos das negras, o que urge a abordagem interseccional.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Questão Racial; Papéis de gênero.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.

A opressão de gênero no modo de produção capitalista é um fenômeno que se intensificou com o desenvolvimento das sociedades patriarcais. Embora a divisão sexual do trabalho já estivesse presente em outros sistemas econômicos, o capitalismo transformou essa dinâmica ao conferir novas particularidades que aprofundaram a exploração das mulheres. A partir do surgimento da propriedade privada e da família monogâmica, a submissão feminina foi consolidada como estrutura fundamental para a reprodução da força de trabalho e da transmissão de riquezas dentro de um sistema baseado na exploração (Engels, 1991).

¹ Assistente social. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Grupo Fênix (UFES)



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Dessa forma, compreender a posição da mulher na sociedade capitalista exige uma análise das relações de gênero articuladas com classe e raça, uma vez que diferentes grupos de mulheres experimentam formas específicas de opressão. A imposição da monogamia feminina, a naturalização da divisão sexual do trabalho e a invisibilização do trabalho reprodutivo são alguns dos mecanismos que garantem a perpetuação da exploração feminina. Além disso, as representações sociais, moldadas por instituições como a família, a escola, a religião e os meios de comunicação, reforçam estereótipos de gênero que delimitam papéis e comportamentos esperados para homens e mulheres (Safiotti, 1976)

Esse processo de opressão e exploração não ocorre de maneira homogênea. Mulheres negras, historicamente situadas em posições de subalternidade, enfrentam múltiplas camadas de violência, sendo alvo tanto da exploração capitalista quanto do racismo estrutural. Enquanto as mulheres brancas foram tradicionalmente associadas ao espaço doméstico e à maternidade, as mulheres negras tiveram seus corpos desumanizados e sua força de trabalho explorada de maneira ainda mais intensa.

Para atingir o objetivo, este estudo materializou-se por meio de pesquisa bibliográfica realizada a partir de autoras base da questão racial e de gênero para compreender as questões de gênero e raça a partir do conceito de trabalho reprodutivo no modo de produção capitalista.

RESULTADOS.

Mulheres negras e trabalhadoras, historicamente, desempenharam simultaneamente funções produtivas e reprodutivas, sendo exploradas tanto no trabalho remunerado quanto no doméstico (Davis, 1981). A precarização do trabalho feminino negro não é uma condição recente, mas sim uma continuidade histórica que reforça desigualdades estruturais e limita o acesso dessas mulheres a condições dignas de sobrevivência e ascensão social (Do Carmo; Rodrigues, 2021).

Dessa forma, a mulher negra não se encaixa na visão idealizada da mulher branca, pois tem sido historicamente marcada por um papel mais desumanizado e submisso, sem o mesmo status simbólico de cuidado e proteção. Desde o período colonial, foi obrigada a desempenhar funções de trabalho reprodutivo não apenas para seu núcleo familiar, mas também para a sociedade mais



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

ampla, de forma remunerada ou não, como uma forma de venda de sua força de trabalho (Collins, 2000). Essa função de servidão não se restringe ao passado, pois ainda se reflete na atualidade, com a alta concentração de mulheres negras em setores precarizados da economia. Muitas vezes, a dupla jornada de trabalho não apenas persiste, mas se intensifica, devido à sobrecarga imposta pela desigualdade na divisão das tarefas domésticas e de cuidado (Do Carmo; Rodrigues, 2021).

Esse cenário remonta à escravidão, quando as mulheres negras eram forçadas a exercer o trabalho doméstico e cuidar das famílias dos senhores, enquanto também davam à luz e cuidavam de seus próprios filhos, que na maioria das vezes eram destinados a fortalecer o sistema escravocrata (Davis, 1981). Desde então, elas foram constantemente reduzidas a corpos disponíveis para satisfazer o prazer do homem branco, seja para gerar mais filhos escravizados ou como objetos sexuais. Esse olhar desumanizante, que as vê apenas como corpos e não como sujeitos, faz com que sejam constantemente despojadas de sua autonomia sobre sua própria sexualidade. Em vez de serem reconhecidas como mulheres com desejos e direitos próprios, são frequentemente tratadas como permissivas, descontroladas e destituídas de limites, perpetuando estigmas de degradação e desumanização (Carneiro, 2005).

A objetificação dessas mulheres se inicia com a visão utilitária de seus corpos: a ama de leite, a escravizada e a concubina. Em todas essas funções, elas não eram vistas como seres humanos, mas como instrumentos – seja para alimentar o bebê branco ou para satisfazer os desejos sexuais do senhor. Essa estrutura consolidou uma relação de produção onde a mulher negra era tratada como mercadoria e, ao mesmo tempo, forçada a produzir mercadoria (Gonzalez, 1984). É criada no imaginário brasileiro a figura da “Mãe preta”, forte, que dá conta de tudo e acolhe todas as crianças como suas, retomando à negra escravizada, que enquanto cuidava das crianças brancas tinha sua humanidade negada: enquanto a esposa do senhor era considerada legítima, tem como função a procriação e geração de herdeiros, a mulher preta era a cuidadora da casa e dos filhos, e quem garantia a satisfação sexual do homem branco (Gonzalez, 1984).

Desse modo, é relevante compreender inicialmente que a gênese do racismo no Brasil é o modo de produção escravista, que garantiu sua produção por meio da exploração do trabalho forçado em vários postos de ocupação e usando a violência como maneira de garantir a produtividade



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

(Alves, 2022). Ainda que a escravidão tenha sido abolida, a sociedade brasileira já estava estruturada pelo racismo, o que acaba por determinar a divisão racial do trabalho, excluindo a população negra de trabalhos formais e gerando grande desemprego e delimitando a entrada ou não de pessoas negras em trabalhos formais e assalariados (Alves, 2022).

Devido as suas particularidades históricas e sociais, principalmente no que diz respeito à colonização, a América Latina expressa de forma mais intensa as questões de discriminação, principalmente no que diz respeito a classe e raça. A divisão racial do trabalho gera, além do desemprego e desocupação, a ocupação de postos de trabalho precarizados e subalternizados de forma a garantir condições materiais para justificar a inserção da população negra nessas ocupações (Gonzalez, 1984). As mulheres negras são em sua maioria classe trabalhadora, realidade reforçada pelo Estado, que considera natural a inserção da maior parte dessas mulheres em trabalho não qualificado (Gonzalez, 2020). A mulher negra no país passa então a ser associada a empregada doméstica, que criava, na escravidão, condições de vida mais fáceis para a mulher branca, já que sua função no sistema escravocrata, exercendo atividades em que geralmente não são reconhecidas (Gonzalez, 1984). As mulheres negras continuam a enfrentar um cenário de profunda desigualdade social. Sua presença marcante no setor informal, em empregos sub-remunerados e na linha de frente do trabalho doméstico reflete não apenas a continuidade da exploração, mas também a marginalização de seu trabalho. Esse quadro é um reflexo direto de um legado histórico de escravidão e desigualdade estrutural, que ainda perdura nas relações sociais, econômicas e políticas. O trabalho informal e as condições precárias de vida colocam as mulheres negras em uma situação de inferioridade (Gonzalez, 1984).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Desvelar a questão de gênero, desse modo, é desvelar a questão racial. Não se pode buscar abordagens que não consideram relevante a necessidade de compreender as diferentes formas de opressão da mulher negra, uma vez que as opressões que atingem as mulheres não são homogêneas e ignorar a interseccionalidade gera uma compreensão limitada das dinâmicas de poder. Assim, reconhecer essas especificidades é fundamental para uma análise da questão de gênero.

Referências



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Alves, L. D.. (2022). A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural.

Revista Katálýsis, 25(2), 212–221. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84641>

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVA, Nilma Lino Gomes (Org.). **Ensino de história e cultura afro-brasileira: leis 10.639/03 e 11.645/08**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 15-23

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

DO CARMO, N. A.; RODRIGUES, O. S. Minha carne não me define: a hipersexualização da mulher negra no Brasil. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 19, n. 40 set/dez, 2021. DOI: 10.52521/19.5274. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/5274>.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. [Original de 1981]

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: BLAY, Eva Alterman (Org.). **Violência contra a mulher**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 9-20.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Coleção Sociologia Brasileira, Vol. 4, Petrópolis, Vozes, 1976. Acesso em: 12 set. 2024.

